

EMPREENDEDORISMO ORTOGRÁFICO: UMA PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA UMBUNDU FALADA NO CENTRO-SUL DE ANGOLA

Botelho Isalino Jimbiⁱ

jimbi10@yahoo.com.br

Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola

Dinis Vandor Sicalaⁱⁱ

sicaladinis@yahoo.com

Instituto Superior Politécnico Jean Piaget/ ISCED de Benguela-Angola

Resumo

No ponto 2 do artigo 19º da Constituição Angolana vem expresso que “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola...”. O Umbundu é uma das línguas angolanas cuja forma escrita varia de acordo com a religião que a usa (Diarra, 2003). Ademais, há outras formas de o escrever nas obras de pesquisadores (De Oliveira, 2012). Este artigo tem como objectivo explorar as possibilidades de recurso às várias formas de representação gráfica de certos sons da língua Umbundu, em alfabetos de outras línguas, para adaptá-las ao alfabeto já existente. A metodologia em uso para os resultados que se pretendem compreende a revisão da literatura (Snyder, 2019) e a análise de texto e de conteúdo (Solomon, 1993; Carley, 1992; Carley, 1990 e Weber, 1990). Tentar-se-à fazer entender que o conceito de empreendedorismo ortográfico parecerá novo nesta área de estudo.

Palavras-chave: inovada, umbundu, empreendedorismo ortográfico, harmonização.

ORTHOGRAPHIC ENTERPRENEURSHIP: A PROPOSAL OF HARMONIZATION AND PRESERVATION OF THE UMBUNDU LANGUAGE SPOKEN IN THE SOUTH-CENTRE REGION OF ANGOLA

Abstract

In its point 2, the Art 19 of the Angolan constitution expresses that “the State values and promotes the study, the teaching and the use of the various languages of

Angola...”. The Umbundu language is one of these Angolan languages whose written form varies according to the religion (Diarra, 2003). Besides, there are other forms of writing it in the work of researchers (De Oliveira, 2012). This work aims at exploring the possibilities offered by other orthographical systems able to be more economical and more practical for Umbundu. The methodology in use comprehends the literature review (Snyder, 2019), text and content analyses (Solomon, 1993; Carley, 1992; Carley, 1990 and Weber, 1990) which will be helpful in understanding the cultural, historical and/or ideological processes behind the disagreements in the Umbundu orthography. It will be concluded that while the concept of orthographic entrepreneurship is new to studies of this kind.

Keywords: innovation, umbundu, orthographic entrepreneurship, harmonization.

INTRODUÇÃO

É provável que a expressão “empreendedorismo ortográfico” possa influenciar o leitor ou a leitora deste artigo a pensar imediatamente em termos de economia e negócios de resultados iminentemente financeiros. Aqui, tomamos o termo empreendedorismo como uma iniciativa de teor académico-científico voltada à resolução de problemas sociais, por meio da criação, inovação e desenvolvimento da liberdade intelectual. Na verdade, o empreendedorismo ortográfico insere-se no contexto do empreendedorismo social – Um empreendedorismo que toma o risco, por motivos de esclarecimento crítico, sem esperar por qualquer tipo de lucros (Dormelas, 2017). Deste modo, queremos falar de um empreendedorismo social voltado para a ortografia de uma das línguas autóctones mais faladas em Angola, o Umbundu.

Na verdade, o Umbundu é a língua angolana com o maior número de falantes (mais de 1/3, ou seja, 23% de acordo com o Censo 2014,) (Instituto Nacional de Estatística-INE, 2016, p. 51). Apesar de não ser, formalmente, aprendida na escola, ela tem sido usada com maior frequência em círculos familiares tradicionais e em instituições religiosas, plasmada em Bíblias e manuais de catecismo (Jimbi, 2018, p. 902). No entanto, existe uma discrepância entre os católicos e os protestantes na maneira como a língua é escrita (Diarra, 2003, p.342). Na verdade, há outras formas de ortografia para a língua Umbundu que não sejam as católica e protestante (De Oliveira, 2012, p. 909 -1198; Pedro et al., 2013, p. 12 - 16).

Em Valente (1964, p. 17-41), é visível a dificuldade de se harmonizar as várias maneiras de se escrever o Umbundu – dificuldade que prevalece longos anos após a proclamação da independência de Angola. Essa discrepância tem os seus motivos históricos, religiosos, culturais, sociais e políticos (Jimbi, 2018) e com implicações didácticas consideráveis, tanto para alunos e alunas, quanto para professores e professoras, caso a sua implementação no sistema de ensino se venha efectivar.

Todavia, há que se considerar o empenho do governo angolano no que diz respeito à elaboração das ortografias para as várias línguas autóctones angolanas. O primeiro mais directo contributo foi a publicação do que se chama “Histórico sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais”, publicado em Lisboa pela Edições 70, em 1980. O segundo veio a acontecer em 2013, com a publicação conjunta entre o CASAS (*Centre for Advanced Studies of African Society*) e o Instituto de Línguas Nacionais do Ministério da Cultura de Angola com título “Harmonização Ortográfica das Línguas Bantu de Angola”, que também, em nosso entender, não resolveu o problema.

É diante dessas discrepâncias que o presente artigo tenta oferecer uma contribuição por uma solução harmonizadora que passará pela revisão de modelos e princípios que norteiam a elaboração de ortografias para as várias línguas do mundo.

1. BREVES DEBATES TEÓRICOS

A elaboração da ortografia das línguas (como qualquer empreitada sociolinguística) suscita um debate deveras sensível no meio intelectual. Pulando de um tratamento (sócio) linguístico, acaba, usualmente, pousando em palco religioso, político e de poder (Daoust, 1997, p. 438 - 439). De facto, muita contribuição foi feita no que diz respeito ao estudo da ortografia e a precaução que se deve ter ao adoptar um sistema ortográfico (Bontrager, 2015; Bird, 1998; Barnitz, 1978; Catach, 1986; Augst, 1986; só para mencionar alguns).

Há que considerar que existem várias formas de se representar as línguas por meio da escrita. Catach (1986, p.3-6) resume quatro formas mais conhecidas de se escrever as línguas do mundo. A primeira é a cenémica (i.e. uma forma de escrita biunívoca em que cada letra ou grafema corresponde a um único som ou fonema), que responde directamente à convenção de “Port-Royal” (Santaella e Nöth, 2008, p. 23). A segunda é a plerémica (i.e. uma forma de escrita que, não sendo necessariamente biunívoca, utiliza os grafemas ou a combinação de grafemas para representar

informação sobre género, número, formas derivativas e similares) usada para a maioria das línguas europeias, principalmente as novilatinas. A terceira é a forma chinesa de escrita (mais conhecida por ideográfica). É uma mistura da escrita cenémica com a plerémica. Os sinais usados representam monossílabos que indicam ambos os sons e o conteúdo semântico. A quarta forma é a chamada forma anómala. Esta forma acontece quando uma língua mãe tende a ramificar-se, sendo difícil decifrar, quando uma variante se torna um dialecto ou uma língua independente. Um exemplo claro pode ser retirado da distância entre as formas de se escrever o Português diferente do Galego, e essa diferente do Espanhol. Esse fenómeno compreende-se dentro do contexto histórico em que os falantes conceberam as formas escritas. Para as línguas novilatinas é preciso perceber que elas são predominantemente orais na sua representação gráfica, apesar de permitirem a não oralização de certos aspectos de sua representação escrita (Catach, 1986, p. 89).

Para a ortografia usada para a língua portuguesa – que também serve de base para que se escrevam as línguas africanas de Angola – tem surgido ao longo do tempo várias tentativas de se fazer uma aproximação relacional entre os grafemas e os fonemas de forma a responder à demanda da própria transformação do português, tal como usado pelos seus falantes luso-brasileiros de uma geração para outra (Anselmo, 2012, p. XI ff e Pereira, 2012, p. XXII ff). Na verdade, surgiram vários acordos entre Portugal e Brasil quanto a ortografia a ser adoptada para a Língua Portuguesa. O último deles chama-se “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)”, que incluiu representantes dos PALOP.

Apesar desse esforço, ficou provado ao longo do tempo que a ortografia usada para o Português não responde – de forma eficaz - às exigências específicas da articulação vocal das línguas bantu, incluindo o Umbundu. Daí a necessidade de se inovar – o que não é proibido – para que se possa preservar a originalidade das unidades semânticas dessas línguas, implícitas na maneira como se pronunciam as palavras. Essa inovação, para o nosso caso, exige que se busque dos alfabetos de outras línguas que não o Português para se compensar as perdas resultantes da “imposição” da ortografia Portuguesa.

2. QUÃO AUTÓNOMO É UM GRAFEMA?

Os estudos apresentados por Catach (1986) e Barnitz (1978) ajudam-nos a compreender mais facilmente que um grafema não pode ser tido como uma forma de

língua diferente. Ele é, de facto, a mesma língua a processar-se em outra modalidade ou em forma renovada. A língua dos homens terá, assim, de ter as suas realizações orais e escritas.

Visto dessa forma, um grafema não depende nem independe da língua. E, nem o grafema pode funcionar como servindo à língua. Ele é outra forma da língua oralizada, o seu complemento. Desse modo, é possível compreender a natureza semiótica da escrita com a sua dupla nuance de ser vazia (cenémica) ou cheia (plerémica). Essa abordagem ajuda também a compreender os mecanismos modernos de leituras de acordo com os vários modelos de ortografia.

3. MODELOS DE ORTOGRAFIAS

No seu artigo intitulado “Descriptively and Explanatorily Adequate Models of Orthography” (Modelos Descritiva e Explicativamente Adequados da Ortografia), Augst (1986) leva à luz quatro modelos de ortografia que se podem resumir aqui. O primeiro modelo tem a ver com a correspondência entre o som e a letra. Nesse modelo, a ligação entre o que se diz e o que se escreve é susceptível de ser visto do ponto de vista material. Na compreensão de Augst (1986, p. 26) a relação entre o som e a letra não constituem um sistema a esse nível e, que nenhum alfabeto do mundo [*ainda*, nosso itálico], preenche os lugares dos sons, tal como são pronunciados para ser igual à transcrição da pronúncia. Seja como for, Augst afirma que “Even some of the orthographic mistakes made by adults writing infrequently can be explained as being partial phonetic transcriptions (1986, p. 26 -27). Neste sentido, acredita o autor que os lapsos de escrita, feitos por adultos com pouca prática, acontecem, em parte, como transcrições fonéticas.

O Segundo modelo é o da relação fonema-grafema. Esse modelo ortográfico ficou prontamente aplaudido depois da depreciação do modelo anterior. Se por um lado, os sons não correspondem às letras, no modelo anterior, neste modelo, os fonemas correspondem aos grafemas (Augst, 1986, p.27).

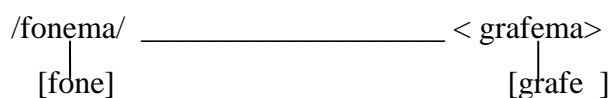


Fig. 1: Relação directa fonema-grafema

Visto que os fonemas – nesse modelo - são comumente constituídos apenas em referência aos morfemas, um morfema surge como esquema do fonema no lado do significante do signo. Daí surge que uma sequência de fones (cada uma das unidades de som da fala) que dependem do contexto fónico (de som) e morfofonémico (som com carga semântica) são realizados. Ou, que na realização da correspondência fonema-grafema surge o esquema de grafema que, por seu turno, se submeterá às regras alográficas (variações do mesmo grafe) e morfográfêmicas (grafes com carga semântica) como um seguimento de grafes. O diagrama que se segue (retirado de Augst, 1986, p. 27) pode servir para descrever precisamente o modelo em epígrafe.

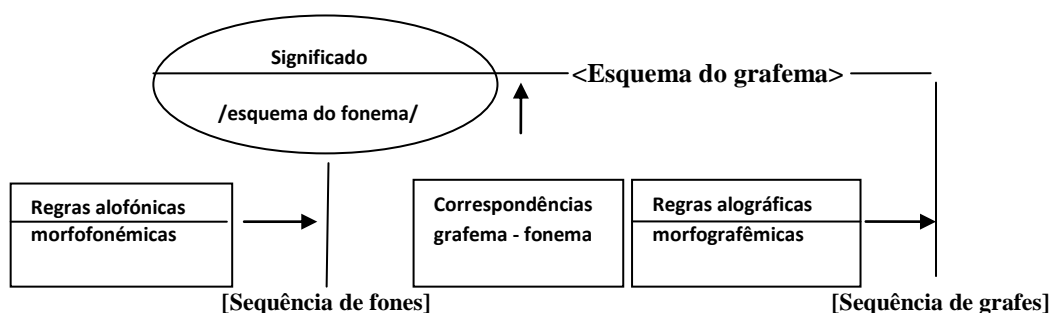


Fig. 2: A relação grafema-fonema

O terceiro modelo é o da correspondência fonema-grafe que, por um lado, descarta os sons para se estabelecer ao nível fonémico abstracto, referindo-se inclusivamente a morfemas, e por outro lado, descarta-se da letra para abrir-se à correspondência grafe-grafema como acontece com a correspondência fone-fonema. Nessa relação, o grafema toma um papel secundário, tal e qual na relação som-letra, pelo facto de ele originar-se do esquema do fonema ou mesmo do próprio fonema. Para ilustrar este modelo, pode-se considerar o caso da letra <r> tornar-se (rr) se manter carregada, pelo facto de ser antecedida por uma vogal nas palavras “carro” e “terra”. É essa lógica que explica a derivação directa dos grafes a partir do esquema do fonema. Assim teríamos o seguinte diagrama, adaptado de Augst (1986, p. 29):

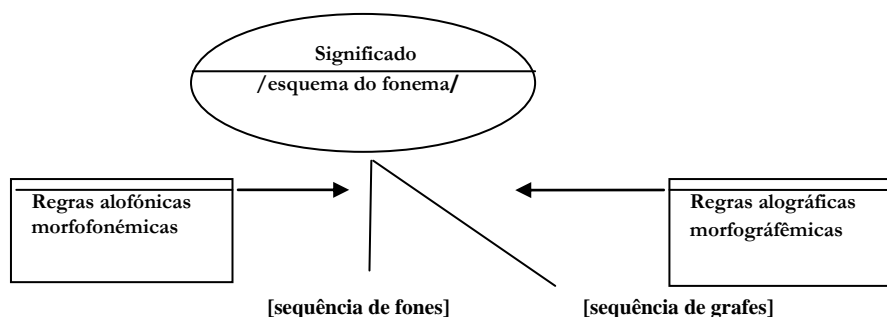
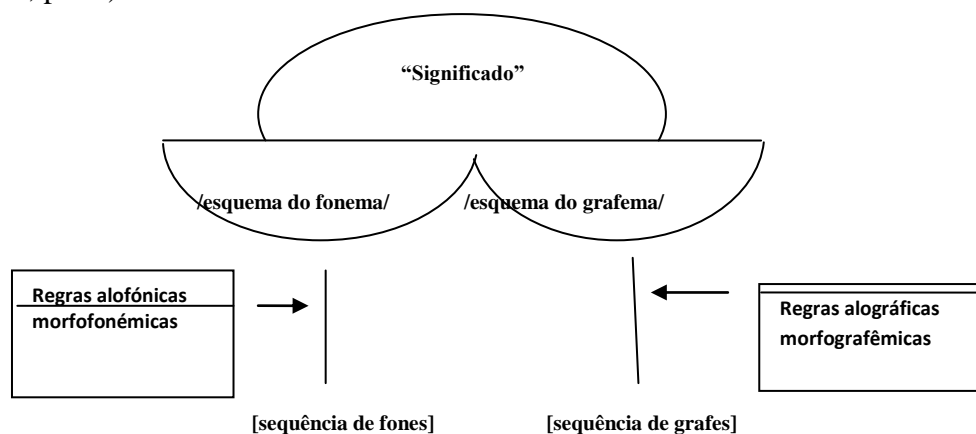


Fig. 3: A relação fonema – grafe

O quarto modelo é o da autonomia da relação grafe-grafema. Nesse modelo o esquema do grafema não resulta mais do esquema do fonema. Na verdade, a grafia torna-se independente, mesmo continuando o sistema sonoro e o da escrita influenciando-se um ao outro. Desse modo, a descrição desse modelo é mais fácil do que a do anterior, tal como se pode ver no diagrama a seguir, adaptado também de Augst (1986, p. 30):

**Fig. 4:** Autonomia da relação grafe-grafema

Os modelos de ortografia acima apresentados dão-nos uma clara ideia de quão complexo o estudo da ortografia é. Porém, é exactamente essa complexidade que nos pode levar a compreender as consequências que esses vários modelos podem trazer para o estudo da ortografia das línguas africanas, como é o caso da língua Umbudu, objecto do nosso estudo, que nada tem a ver com as línguas europeias, nesse quesito.

4.Princípios para a elaboração da ortografia de uma língua

Para além dos modelos, acima apresentados, é necessário considerar, para este estudo, os princípios que norteiam a elaboração da ortografia de uma língua. Aqui, é preciso não perder de vista que para se compreender a ortografia para a língua Umbundu deve-se ter em conta os factores históricos, sociais e políticos que a nortearam. Vale, então, salientar que a língua Umbundu foi registada em papel, na sua maioria, por missionários ocidentais, numa altura em que os seus falantes eram iletrados e sob jugo colonial (cf. Batibo, 2000, p. 152 -153). Isso fez com que muitos dos princípios aconselháveis para a criação de uma ortografia consentânea não tivessem sido considerados. Por exemplo, um dos princípios avançados por Schroeder (2008, p. 2) e Longtau (2014, p.7) aconselha ser crucial que a comunidade linguística para a qual

a ortografia é elaborada possa apropriar-se da sua feitura em todas as fazes desse processo. Ademais, a percepção dos falantes da língua deve ser tida em conta durante a elaboração da ortografia da língua, para que os especialistas não tomem como dados adquiridos elementos que não tenham tido consenso de falantes nativos.

Existe um outro princípio – o da economia – que o método imposto na era colonial não teve em conta. Este princípio aconselha ser melhor que cada sinal gráfico corresponda a um som (Batibo, 2000, p. 154). Tendo cada uma das potências colonizadoras adoptado as tradições ortográficas da língua que usava – Inglês, Francês ou Português – surgiram, conseqüentemente várias formas de se representar os sons das línguas africanas, inclusive aquelas que acabaram por tornar-se transfronteiriças, como é o caso da língua Sena, falada, tanto em Moçambique, quanto em Malawi (Barnes & Funnell, 2005, p. 47), sendo escritas de maneiras díspares, nesses países. Para se ter uma ideia das decisões ortográficas de acordo com o colonizador, Batibo (2000, p.153), apresenta o quadro que se segue, aqui ligeiramente actualizado:

Quadro 1: Escrita dos sons das línguas africanas por cada “colonizador”.

Potência colonizadora	SOM									
	[u]	[i]	[ʊ]	[ʃ]	[ʒ]	[ɲ]	[ŋ]	[tʃ]	[dʒ]	[s]
Inglaterra	<u>	<i> <e>	<u> <o>	<sh>	<zh> <z>	<ny>	<ny> <ng>	<ch> <tch>	<j> <g>	<s>
França	<ou>	<e>	<o>	<ch> <tsh>	<g> <j>	<ny> <ɲ> <ñ>	<ny> <ñ>	<tj> <tch> <tsh>	<dj>	<ss>
Portugal	<u>	<i>	<u>	<ch> <sh> <x>	<zh> <xj> <jh> <j> <g>	<ny> <ng> <nh> <ñ>	<ng’> <ñ> <ḡ> <ñg>	<c> <ch> <tj> <tx> <ty> <tch>	<dj>	<c> <s> <ss> <x>

O quadro acima, para além de demonstrar o quão hesitante e desalinhada era a tentativa de se acertar na representação dos sons das línguas africanas, também mostra quanto conhecimento faltava (e ainda tem faltado) sobre as várias ortografias existentes

no mundo que, por sua vez, pode ter advindo do conservadorismo próprio da época (influenciado, em larga medida, pela forma ineficiente de se comunicar pelo mundo naquela época) e da necessidade intrínseca de submeter outros à uma “lei de menor esforço”. Isso fez com que muitas das línguas tivessem muitas das suas características fonéticas corrompidas, mais por falta de grafemas apropriados nas línguas das potências colonizadoras (para se conservarem) do que por falta de conhecimento da sua existência como línguas vivas. Na verdade, alerta-se-nos de que

Dada a hegemonia das epistemologias do Norte e das ciências abissais a que servem de base, é muito provável que o investigador pós-abissa tenha feito a sua formação à luz das metodologias por elas desenvolvidas [que é regra geral] e adquirido o conjunto de atitudes que dele se esperam no seu trabalho e na sociedade (*o habitus*, de Bordieu) (Santos, 2018, p. 261).

É preciso considerar também que a construção do conhecimento pós-abissal constitui uma tarefa particularmente problemática, tanto por as epistemologias ocidentais não serem de flexibilidade suficiente para receber contributos de qualquer outra epistemologia “não-abissal”(O mesmo que pós-abissal), quanto por falta de cooperação entre os pesquisadores locais “não-abissais” no que diz respeito à defesa de verdades, resultantes das observações da realidade que se estuda. Isso acontece

[...] quando os investigadores não pertencem à comunidade, sobretudo quando não conhecem os processos de aprendizagem/desaprendizagem propostos pelas epistemologias do Sul. O pressuposto é de que a investigação é sempre autorizada pelo grupo em causa, até (ou, talvez, sobretudo) quando o grupo tem as suas reservas a propósito da pessoa «esquisita» que quer conhecer-com-o grupo, por oposição ao tradicional conhecer-sobre-o-grupo (Santos, 2018, p. 263).

As referências acima podem explicar as resistências que se observam quando se tenta inovar nas ortografias das línguas bantu faladas em Angola, especialmente no que diz respeito à harmonização da ortografia da língua Umbundu. Os investigadores tendem a resistir às mudanças necessárias para se responder às necessidades reais de contextos de estudo locais. Ainda, no que diz respeito aos princípios para que se possa elaborar uma ortografia ajustada a uma determinada comunidade linguística, Longtau (2014, p. 7- 18) concordando com Calvet (1942, p. 105 - 106), apresenta hierarquicamente os seguintes:

i) Rigor. Este princípio tem a ver com a preocupação que se deve ter com a consciencialização dos beneficiários principais, quanto as características da ortografia ora elaborada. Essa impressão de rigor não significa que se tenha que captar todos os

sons da língua para a sua representação gráfica. Na verdade, a ortografia deve jogar o seu papel de representar esta língua por escrito, o mais que poder, por meio da pesquisa cientificamente guiada. Além do mais, deve-se ter em conta uma coerente base de sustentação teórica e não funcionar apenas sob intuição. A Ortografia deve ter o número suficiente de grafemas para responder a demanda fonética da língua. Nem tanto nem pouco. Aspectos gramaticais devem, dentro deste princípio, ser considerados, de modos a que se possa estar pronto para a elaboração de dicionários e outros materiais de apoio ao estudo da língua.

ii) Conveniência. Este princípio tem que ver com a facilidade que a ortografia feita oferecerá aos utilizadores na hora de a escreverem e a lerem. Hoje em dia já há avanços tecnológicos significativos que permitem – por meio do computador - que se escreva rigorosa e convenientemente muitos sons que a antiga máquina de escrever não podia. O computador, hoje, dá-nos uma pletera de possibilidades através do *Unicode* e do disponível Alfabeto Fonético Internacional com alternativas para a representação do som velar “ŋ” também muito usado na Nigéria.

iii) Conformidade. O princípio da conformidade é o que vela pela harmonização ortográfica. A necessidade de se conformar a ortografia às exigências fonéticas e/ou fonológicas reais das línguas *bantu* prende-se com o facto de que quando se iniciou a codificação pelos missionários e a administração colonial – a partir do século XVIII (Batibo, 2000, p.153) – dois elementos serviram de factor decisivo: (1) as facilidades técnicas e de resposta e (2) as missões religiosas em nome do evangelho de Cristo (Longtau, 2014, p. 14). No entanto, esses factores ficaram de longe ultrapassados pelos avanços tecnológicos acima mencionados.

iv) Aceitabilidade. Esse princípio depende sobremaneira da “permissão” dos falantes nativos – uma vez efectivamente esclarecidos sobre a adopção da ortografia - cujo nível de conhecimento da língua o cientista pode não ter (cf. Fishman, 2006, p. 25) . É preciso deixar claro que a aceitabilidade não significa a demissão do trabalho do cientista que terá de recorrer – em reuniões programadas - a todos os membros da comunidade linguística, sem excepção, para certificar a perspicácia de que os dados aceites se revestem.

v) Divisão das palavras. É preciso ter em conta a divisão das palavras. Para que tal se efective, os conhecimentos em lexicologia, lexicografia, gramática (morfologia e sintaxe, principalmente) da língua e fonologia e fonética devem ser postos em prática, sem que a teorização se exceda. Como Van Dyken *et al.* (1993, p. 3 – 5) alertam, a parte

mais desafiante da ortografia, depois de o alfabeto ficar estabelecido, é o arranjo das palavras. É preciso saber que estruturas mórficas serão consideradas palavras. Isso implica decidir se vai escrever na forma conjuntiva (palavras aglutinadas) ou na forma disjuntiva (palavras separadas) de acordo com o sentido percebido pelos falantes (Batibo, 2000, p. 154).

vi) Estabilidade. Por fim, é necessário que a ortografia de uma língua seja revestida de um carácter estável em termos de regras que a regem. Para isso, é necessário que os utilizadores se empenhem em consistência ao produzir seus textos da mesma maneira, e assim facilitar a leitura unânime dos textos, pelos membros da comunidade linguística e outros interessados.

Nesse sentido, há que haver princípios que nos sirvam de bases teóricas para a nossa reflexão. E, os princípios acima configuram as bases sob as quais orientar-nos-emos para tentar explicar a necessidade de se empreender na ortografia da língua Umbundu para que ela possa responder melhor às exigências de sua escolarização.

5.A NECESSIDADE DE SE EMPREENDER NA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA UMBUNDU

Muitas são as evidências textuais que nos levam à necessidade de se empreender despreconceituosamente na ortografia da língua Umbundu de modos a ajustar a relação grafema-fonema para tornar a escrita e a leitura dessa língua mais económica, pelos seus usuários e não só. Traremos para esse artigo os exemplos que se seguem:

a. A representação do fonema [tʰ]

Para a palavra foneticamente transcrita [ɔ 'tʰili], que em português corresponde à palavra “verdade”, a representação ortográfica católica é “*otchili*”, enquanto a sua versão protestante é “*ocili*”. Além dessas, existem as formas “*otjili*” (ver de Oliveira, 2012: 909 -1198) e “*otyli*”, “*otxili*”, “*otshili*” (ver Vicente, 1964, p. 20 e Lilunga, 1981, p. 6), só para citar alguns. Importa aqui precisar que para um indivíduo que, não sendo frequentador de nenhuma destas denominações religiosas, venha confrontar-se com estas palavras em textos, possa muito provavelmente pronuncia-las [ɔt 'ʃi li], [ɔsili] ou [ɔt 'ʒili].

b. A representação do fonema [ɲ]

Um outro exemplo, segue que a palavra foneticamente transcrita [ɔʔʃi 'ɲama] para “animal” em português, escrita na versão católica é “*otchinhama*”, enquanto a versão protestante é “*ocinyama*”. Além dessas, existe a forma “*otjiñama*” (ver de Oliveira, 2012, p.909 -1198). De modo igual, o indivíduo não ligado a essas denominações religiosas poderá ler estas palavras da seguinte maneira: [ɔʔ ʃi'ɲama], [ɔsi'ɲama] e [ɔʔʃi'ɲama], respectivamente.

c. A representação do fonema [~dʒ]

Em Umbundu, o fonema acima aparece representado pelo dígrafo *ɲj* “*onjala*”, que significa “fome” em português, em Vicente (1946, p. 26), enquanto o mesmo som estará representado por *ndj* na palavra “*Ngandjandumbu*”, nome de uma ave caçadeira (de Oliveira, 2012, p. 912) e em Pedro et al. (2013, p. 14). Esse mesmo som é em Ngangela representado pelo trígrafo *ndy* na palavra *ndyala* que também significa “fome”, o mesmo que em Umbundu (Lilunga, 1981, p. 2)

d. A representação do som velar nasal [ŋ]

O som velar nasal tem sido um dos que mais confusão cria, principalmente entre os católicos e os protestantes. Por exemplo, a palavra transcrita foneticamente [kapi 'ŋala] – herdeiro/herdeira – os católicos escrevem “Kapiñgãlã” e os protestantes ortografam “kapingala” ou “kapiñala”. Já a sugestão de Pedro *et al.* (2013, p. 14) é que seja grafado “kaping’ala”, enquanto Vicente (1964, p. 19) acredita que o til deve estar bem sobre a letra <g> para se representar o som [ŋ] na mesma palavra, resultando em “kapingãlã”.

e. A representação do som [ʃ]

O fonema sibilante pós-alveolar fricativo [ʃ] tem, de igual modo, sido difícil de representar na língua Umbundu, uma vez que, nas ortografias utilizadas (tanto na variante protestante, bem como na católica) não se confere qualquer letra para representar este som. As razões para este facto podem ser a escassez de palavras com esta necessidade, ou o facto de os “missionários ocidentais” não terem percebido bem como eram pronunciadas certas palavras que incluem esse som. Uma dessas raridades está na ortografia da transcrição de [oʃɛlɛ] (erva daninha) que tanto poderá vir “osenle”, “osjenle”, “oxenle”, “ochenle” ou “oshenle”.

f. A representação do fonema velar [~g]

Outra das sequências de grafemas com dualidade de representação sonora confusa – principalmente para quem já lê e escreve em português – é a combinação <ng> quando seguido das letras <e> e <i>. Por exemplo, para palavra “upange” (trabalho em português), há uma coincidência de consenso que se possa ler como velar e não como fricativa pós-alveolar. Por isso, [upange] e não [upanʒe]. No mesmo diapasão enquadra-se a palavra “ulongisi” (professor) que deve ser foneticamente transcrita [ulɔ~gisi] e não [ulɔ~ʒisi]. Na verdade, a tendência, para quem já lê e escreve em português, de incorrer em erros de generalização por excesso devida ao conhecimento de palavras, tais como “longe”, “monge”, “moagem”, “gengibre”, “Ginga”, entre outras, é muito grande.

g. A representação do fonema [s]

Outro não menos importante problema recai na representação da sibilante fricativa alveolar [s] pela letra <s>, principalmente quando essa letra se encontra entre duas vogais. Por exemplo, na palavra “Sasoma” (antropónimo), para quem já lê e escreve em português, a tendência será a de pronunciar-la [sa'zoma]. O mesmo pode acontecer com a pronúncia do topónimo “Caseque” que pode ser pronunciada [ka'zeke] e não [ka'seke].

Os aspectos expostos acima, demonstram a profundidade da corrupção linguística causada pela forçada adaptação da ortografia ocidental para a língua Umbundu, sem que se respeitassem as realizações fonológicas dos falantes. Para que se harmonize a ortografia da dessa língua, de modos a que ela possa ser usada conveniente e rigorosamente no sistema de ensino e na lei, precisar-se-á de coragem para se empreender sem preconceitos, nem que seja necessário, para tal, recorrer aos alfabetos de outras línguas que não sejam a Portuguesa.

Na verdade, uma das causas da inadequada representação ortográfica das línguas *Bantu*, como é o Umbundu, é a exígua oferta de símbolos gráficos necessários do alfabeto português. Essa condição, leva-nos a empreender na ortografia do Umbundu, recorrendo a outros alfabetos que não sejam o português, tal como o Checoslovaco e o Espanhol e outros tantos para que “não se aportuguese o nome bantu, nem fonética nem graficamente, sob o risco de esvaziar o nome da sua semântica e do seu valor etnolinguístico” (Tchimboto & Ucuahamba, 2019, p.129).

a) Algumas consequências da imposição dos alfabetos europeus sobre o Umbundu

- (i) **A confusão na pronúncia da letra <c> quando seguida das vogais a, o e u.**

Cokwe ['kɔkwɛ] em vez de Čokwe ['tʃɔkwɛ]

- (ii) **A confusão da pronúncia da letra <s > entre vogais**

Sasoma[sa 'zɔma] em vez de Saçoma[sa 'sɔma]

- (iii) **Dupla grafia**

Kuando Kubangu, Kwanza-Sul vs Cuando Cubango, Cuanza-Sul

- (iv) **O uso desnecessário de trígrafos, dígrafos e inapropriados diacríticos**

Ng' (PEDRO et al., 2013), ñg (CHIMBINDA, 2015) e ñ (DANIEL, 2002) para o fonema [ŋ], quando Valente (1964) sugere o mais económico uso de <g̃>.

- (v) **A imposição do som [r] na fonologia e fonética Umbundu**

Chongoroi em vez de Tchongoloi [Čongoloi, *proposta nossa*]

Onjiri (palanca) para Ondjili/Onjili [onjili, *proposta nossa*]

- (vi) **Falta de consistência na escrita de mesmas palavras por académicos/académicas**

Umbundu vs Umbundo (cf. QUINTA, BRÁS & GONÇALVES, 2017, p. 149), Catumbela vs Katumbela

b) Propostas de solução mais económica para os problemas apresentados acima

As propostas de solução para uma ortografia que responda mais economicamente aos sons pronunciados, em geral, na vida real, pelos falantes da língua Umbundu, prometem ser vistos como completamente inaceitáveis, principalmente por puristas, fazedores mediáticos de opinião e utilizadores conservadores influenciados pelas escritas, tanto protestantes quanto católicas e/ou pessoas, cujo conhecimento em ciências da linguagem seja bastante efémero. Acredita-se porém, que analisadas com a parcimónia e a objectividade científicas necessárias, poderão ser compreendidas como um empreender que se junta a tantos os outros estudos que o antecederam, cujo objectivo era o de facilitar a conservação das nossas línguas e garantir um acesso cada vez mais regular às gerações vindouras, não se estabelecendo, por si só, como um exaustivo *menu* para a escrita da língua Umbundu.

Assim, o som sibilante africativo [tʃ] pode ser mais economicamente representado por um empréstimo checoslovaco <č>. Nesse caso, “očili” parecerá menos confuso para escreventes e leitores. Precisaria de um grafema apenas ao contrário do que acontece com a sua representação em Português e no Umbundu católico. O som palatal nasal [ɲ] pode ser mais economicamente representado pelo empréstimo espanhol <ñ>. Nesse caso, “očĩnama” parece melhor capturar a realização desse som. Também, só precisaria de uma letra para o representar, ao contrário do que acontece com a sua representação ortográfica em Português e nas duas formas baseadas nas religiões católica e protestante. A representação do fonema palato-alveolar africado [~dʒ] pode ser economicamente feita por <nj̃> retirada do código **Unicode 01F0** resultante da transliteração do alfabeto arménio e usada para a manutenção e preservação da língua Iagnobí falada no Tajiquistão. Com esta inovação ortográfica, pode ficar ultrapassada a plural representação deste som por vários autores, resultantes da falta de um representante consistente no alfabeto Português. Dessa forma, poder-se-ia escrever “onj̃ala” e “Nganj̃andumbu” como alternativa à alínea c acima.

A representação do som velar nasal [ŋ] pode ser mais economicamente feita recorrendo ao grafema <ḡ> apresentado na alínea d. Bastando para isso, compreender que o til sobre o grafema <n> tem sido já usado no espanhol para o som [ɲ]. Na verdade o grafema que tem de ser nasalizado é o <g> (representante por excelência de um som velar) e não o <n> tal como aparece nas escritas católica e protestante (vide alínea d). Daí que terá Vicente (1964, p. 19) identificado que na verdade houve um deslocamento do til do grafema <g> para o <n>, sugerindo que se escreva Ġālã para Senhor e não Ñgālã e, nem Ñala. A representação do som sibilante pós-velar [ʃ] pode muito bem ser feita usando o grafema eslovaco <š>. A razão é de que, por um lado, tanto a utilização do <ch> quanto a do <sh> na alínea e acima constituem dois grafemas. Por outro lado, apesar de já usado em obras científicas (Chimbinda, 2015, p.30 – 31) a utilização do grafema <x> pode resultar em confusão, dada a sua oscilação pronuncial entre [ʃ], [z] e [s] de acordo com a sua ou não aproximação a vogais como acontece em Português.

Com o <š> poder-se-ia escrever, inequivocamente a palavra “Ošělē”. A representação do fonema velar [~g] feita pelo dígrafo <ng> seguido dos grafemas <e> e <i> tem sido problemática. Se virmos os exemplos dados na alínea f acima, poderemos ter [upanze] e não [upange] para a palavra “upange”. Uma proposta de solução mais económica é o recurso ao <ḡ> (com *macron* como *diacrítico*) utilizado na língua Kokota, falada e escrita na Ilha de Santa Isabel (Palmer, 1999). A utilização do grafema

<g̃> facilitará a diferenciação entre ele (que vai ser usado com as letras <e> e <i>) para se escrever *onḡeleya* (campa), *onḡilili* (prumo giratório) e o grafema <g> que será apenas usado com as vogais **a**, **o** e **u** em palavras como *ongonga* (gavião), *ongunga* (sino). Na verdade, há muito que se vem detectando a confusão causada pela letra <g> **por** dar-se a ser pronunciada tanto como [g] quanto como [ʒ]. No ver de Prista (2003, p. 207 – 208), o uso do grafema <g> **para** o fonema [ʒ] se afirma desnecessário, considerando a existência do grafema <j> e, tendo em conta a posição de estudantes no que toca a confusão que tal uso acarreta.

A representação do fonema sibilante fricativo [s] poderá ser feita pelo grafema <ç>, visto que o <s> tende a variar de acordo com o contexto em que se encontra na palavra. No exemplo da alínea **g** acima, a palavra “Sasoma” pode ser lida [sa‘zoma] e não [sa’soma]. A letra <ç> é imutável na sua representação da sibilante [s], podendo ser usada para representar qualquer sibilante fricativa dentro de uma palavra. O <s> só representará, idealmente, uma sibilante fricativa quando for a primeira letra da palavra. Assim, teremos “Saçoma”, “Kaçova”, “oçitu” para os dois primeiros antropónimos e para “carne” respectivamente. O mesmo pode acontecer com a escrita do topónimo “Caçeke” que pode soar como [ka’seke].

Como cada mudança tem suas consequências, uma das implicações desse empreendedorismo ortográfico consiste no facto de que o número de letras do alfabeto usado para essa língua de Angola terá de aumentar em relação ao do Português, ao mesmo tempo que perderá, necessariamente alguns dígrafos e/ou trígrafos criados para “tapar furos” diante da exiguidade dos alfabetos até aqui usados. No entanto, será mais económica no aprendizado e menos confusa na leitura e escrita. E, mais importante ainda, é poder ajudar melhor conservar os sons reais da língua em estudo, o que ajudará a proteger mais consistentemente a sua força etimológico-semantica. Desta feita, somos a propor o seguinte alfabeto actualizado para a língua Umbundu.

Quadro 2: Proposta do alfabeto para a Língua Umbundu

Maiúsculas	A B Ç Ć D E F G ḡ Ğ H I Ĵ K L M N Ñ O P S Š T U V W X Y
Minúsculas	a b ç ć d e f g ḡ ğ h i ĵ k l m n ñ o p s š t u v w x y

6. ESTUDOS SIMILARES (PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA) EM OUTROS PAÍSES DOS PALOP

É importante salientar, aqui, que o esforço para a harmonização das ortografias das línguas africanas ocorre em outros lugares de África Lusófona. Por exemplo, há não muito tempo, Timbane e Balsalobre (2017), Abdula, Timbane e Quebi (2017), Macaringue (2017), Ndombele (2017) do Couto e do Couto (2017) e Agostinho e Bandeira (2017), a aduzir apenas alguns, apresentam reflexões tanto interessantes quanto actuais sobre o estado das línguas africanas dos PALOP que não o Português. Os autores fazem uma adequada análise que vai desde a planificação linguística atinente às línguas “nacionais”, suas controvérsias e perspectivas aos estudos da sua inclusão no sistema de educação, passando pela harmonização e unificação das suas ortografias. Esses estudos revelam que numa forma extraordinária as línguas africanas (maioritariamente de origem *bantu*) influenciam o próprio Português, reclamando uma atenção especial no contexto do ensino bilingue, ao mesmo tempo que se evidencia cada vez mais necessário considerar o ensino do Português como língua segunda nas escolas desta comunidade lusófona.

No mesmo diapasão, Ngunga e Faquir (2012) apresentam “Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário”, um rico recurso sobre os trabalhos realizados em Moçambique no que diz respeito a revitalização, desenvolvimento e harmonização das ortografias das línguas nativas moçambicanas. Esse relatório apresenta um figurino linguístico com problemas semelhantes aos que acontecem em Angola, tanto é que tem tido a contribuição de vários saberes da região da SADC, e precisamente de Angola, tendo merecido a presença de uma investigadora Angolana, a já finada Professora Amélia Mingas, com o tema *A importância do Texto Escrito na Difusão de uma Língua* (Ngunga & Faquir, 2012, p.336).

O mesmo relatório sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas constitui um grande contributo que revisa todos os alcances de 1988 a 2008, todas as insuficiências, vantagens e desvantagens ainda existentes no que diz respeito ao estudo das línguas africanas de Moçambique. Por exemplo, no que o princípio da ortografia que se deve seguir diz respeito, é o da economia assente na escrita “biunívoca” (Guarte, 2006, p. 81) que se aprovou no Primeiro Seminário sobre a Padronização, apesar de demonstrar não sendo “completa” (Ngunga, 2012, p. 305).

O não completamento da aplicação da escrita biunívoca deve-se também, em grande medida, ao facto de as ortografias ocidentais adoptadas para as línguas locais

não responderem às exigências fonético-fonológicas dessas línguas da África Subsariana, em geral (Liphola, 2012, p. 313). O que faz com que o conflito entre decisores acadêmicos de instituições cientificamente reconhecidas, como é o caso da Universidade Eduardo Mondlane e o “Grupo de Cidadãos Representativo da Comunidade Vatxopi/Núcleo de Estudo da Língua Txopi (Nelitxopi) aconteçam vezes sem conta com o fim de se exigir o reconhecimento de uma determinada prática ortográfica por uma comunidade (Ver Mombe et al., 2002; Tieongolo, et al., 2002 e Manie et al., 2019). Na verdade, (Liphola, 2012) faz uma demonstração esclarecedora de como as inconsistências da escrita ocidental se processam e as suas implicações na escrita das línguas africanas.

Nesse sentido, fica claro que, o estudo da ortografia da Língua Umbundu não anda órfão. Ele acontece em paralelo com outros estudos que tomam a mesma direção nos outros países de África que foram ex-colônias portuguesas. Por isso, empreender na ortografia da língua Umbundu é contribuir para a fluidez comunicativa nas línguas vivas de África.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Até aqui, tratou-se do que se pode considerar de empreendedorismo ortográfico, uma tentativa de se mostrar quão necessário, urgente e possível é darmos à língua Umbundu um contributo e tributo inovadores ao mesmo tempo, tendo em consideração as várias possibilidades ortográficas que o desenvolvimento académico, o científico e o tecnológico modernos oferecem. A rápida revisão dos modelos e princípios que norteiam as feições das ortografias, deu-nos algum aporte para se explicar - pelos princípios do rigor, da conveniência, da consistência, o da economia e tantoutros - a necessidade de se recorrer às várias ortografias do mundo para podermos suprir as nossas insuficiências ortográficas e revitalizarmos, protegermos e conservarmos os sons pronunciados das nossas línguas pela sua carga semântica. Verifica-se o mesmo combate em Moçambique – um país com semelhantes problemas de padronização das ortografias das línguas locais, sendo que esse país já tem um caminho bem mais adiante em termos de implementação e estudos avançados ao nível de mestrados (Ngunga, 2012, p. 309).

ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

Dado o facto de que esse trabalho traz consigo uma reflexão em forma de proposta de empreendedorismo na ortografia da língua Umbundu, uma das línguas com maior número de falantes em Angola, recomenda-se que:

- Não seja este trabalho tomado como uma imposição sobre os que o antecederam, mas como um atizar de debate para a melhoria da ortografia, desenvolvimento e valorização da língua Umbundu.
- Políticas linguísticas sejam direccionadas para a seleção e treinamento de profissionais do ensino que já possuam alguma proficiência em Umbundu;
- Seja atribuído o estatuto de língua oficial ao Umbundu (incluindo as outras línguas seleccionadas para o sistema de ensino);
- O Estado Angolano encoraje, promova e fiscalize regularmente uma comissão de linguistas, sociolinguistas, etnólogos/etnólogas, historiadores/historiadoras, especialistas em fonética e fonologia e professores/professoras de línguas em geral que saibam o mínimo requerido da língua Umbundu em colaboração com pesquisadores/pesquisadoras inter pares.
- Não se despreze o recurso a outras ortografias que não sejam a portuguesa, de modos a aproveitar delas aquelas letras que possam ajudar a representar melhor os sons das línguas africanas, tal como experimentado nesse trabalho.
- Se encoraje e intensifique a troca de experiências em fóruns regulares entre pesquisadores e pesquisadoras de Angola e Moçambique que se ocupam da investigação, desenvolvimento e aperfeiçoamento da ortografia das línguas africanas.

REFERÊNCIAS

- Abdula, R. A. M., Timbane, A. A. & Quebi, D. O. (2017). As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP. *Revista Internacional África em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV Série, nº 31, 23-46.
- Agostinho, A. L. S. & Bandeira, M. (2017). Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada. *Revista Internacional África em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV Série Nº 31, 209 -230.

- Anselmo, A. (2012). *Vocabulários da língua portuguesa editados em Portugal (1866-1970). Vocabulário ortográfico atualizado da Língua Portuguesa*: Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: INCM.
- Augst, G. (Ed.) (1986). Descriptively and explanatorily adequate models of orthography. In Augst, G. (Ed). *New trends in graphemics and orthography*. New York and Berlin: Walter de Gruyter. 25-42.
- Augst, G. (Ed.) *New trends in graphemics and orthography*. New York and Berlin: Walter de Gruyter, 1986.
- Barnes, L. & Funnell, B.(2005). Exploring the cross-border standardization of Chisena. *Language Matters: Studies in the languages of Africa*, (36) 1. 41-60.
- Barnitz, J. G.(1978). Interrelationship of orthography and phonological structure in learning to read. (*Technical Report No. 57*). Urbana Champaign, r6: University of Illinois at Urbana-Champaign, Center for the Study of Reading. (ERIC Document Reproduction Service No. ED 150 546).
- Batibo, H. (2000). The sounds of Africa: their phonetic characteristics. In: WEB, V. & Kembo-Sure (Eds.). *African voices: an introduction to the languages and linguistics of Africa*. Cape Town: Oxford University Press. 133-159.
- Bird, S. (1998). *Strategies for representing tone in African writing systems: a critical review*. Edinburgh: University of Edinburgh.
- Bontrager, G. H. (2015). Concepts and issues in orthographic design. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283015919>. Acesso em: 17 de Out. 2019.
- Calvet, L. J. (2007). *As políticas linguísticas*. Trad.de Oliveira Duarte, Jonas Tefen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial.
- Catach, N. (1986). The grapheme: Its positions and its degree of autonomy with respect to the system of the language. In: August, G. (Ed.). *New trends in graphemics and orthography*. New York and Berlin: Walter de Gruyter. 1–10.
- Chimbinda, J. S. F. (2015). *Okuluka Kwetu*. Huambo: ETU.
- Coulmas, F. (Ed.)(2007). *The handbook of sociolinguistics*. USA and UK: Blackwell Publishing.
- Daniel, H. E. (2002). *Ondisionaluu Yumbundu/Dicionário de Umbundo: Umbundo – Português*. Lisboa: Edições Naho.
- Daoust, D. (2007). Language planning and language reform. In Coulmas, F. (Ed.). *The handbook of sociolinguistics*. USA and UK: Blackwell Publishing. 436 – 452.

- De Oliveira, A. J. (2012). *O Grande Livro dos Provérbios Angolanos*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Diarra, B. (2003). Choice and description of national languages with regard to their utility in literacy and education in Angola. In: Ouane, A. (Org.). *Towards a multilingual culture of education*. Hamburg: UNESCO Institute for Education. 333-348.
- Do Couto, H. H. & Do Couto, E. N. N.(2017). Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo-português da Guiné-Bissau. *Revista Internacional África em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV Série, nº 31. 177-208.
- Dormelas, J. (2007). *Empreendedorismo na prática*. São Paulo: Elsevier Editora Ltda.
- Fishman, J. A. (2006). *Do not leave your language alone: the hidden status agendas within corpus planning in language policy*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Guarte, D. (2006). História da Escrita em Cabo Verde. Grupo para a padronização do alfabeto: proposta de bases do alfabeto unificado para a escrita do Cabo Verdeano. *IIPC*. Praia, Cabo Verde. 49-98.
- INE.(2016). *Censo 2014: Recenseamento geral da população e habitação (resultados definitivos)*. Luanda: INE.
- Jimbi, B. I. (2018). A reflection on the Umbundu corpus planning for the Angola education system: towards the harmonization of the Catholic and the Protestant orthographies. *Journal of Modern Education Review*, (8) 12, 898–905.
- Lilunga, A. G. (1981). *Elementos Gramaticais da Língua Ngangela*. Menongue, Angola.
- Liphola, M. (2012). A problemática do tom na escrita de línguas moçambicanas. In Ngunga, A. & Faquir, O. G. (Org.). *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do 3º seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.313-335.
- Longtau, S. R. (2014). *Practical Perspectives on minimum essentials for effective orthography designs in Nigeria*. Trabalho apresentado na reunião dos Jos Linguistics Circle, em Mountain View, próximo de NTA Jos, 27 fev.
- Macaringue, I. (2017). Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas. *Revista Internacional África em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV Série, nº 31, 47 -70.

- Manie, A. B., *et al.* (2019). Padronização da Ortografia do Txitxopi vs Decisões do IV Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas. Maputo, 30 jan.
- Mombe, R. R., Ticongolo, A. S., Mungoi, P. F. & Mazive, S. P. (2002). Declaração Ao Senhor Director do INDE (1). Inhambane, 6 jun.
- MPLA.(1980). *Histórico sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Ndombele, E. D. (2017). Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. *Revista Internacional África em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV Série, nº 31, 71 -90.
- Ngunga, A. & Faquir, O. G. (2012). *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- Ngunga, A. (2012). Padronização da escrita de línguas moçambicanas: desafios e pragmatismos. In Ngunga, A. & Faquir, O. G. (Org.). *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos. 294-312.
- Ntondo, Z. (2006). *Morfologia e sintaxe do Ngangela*. Luanda: Editorial Nzila.
- Ouane, A. (Ed.). (2003). *Towards a multilingual culture of education*. Hamburg: UNESCO Institute for Education.
- Palmer, B. (1999). *Kokota Grammar*, Santa Isabel, Solomon Islands. PhD dissertation, University of Sydney, Australia.
- Pedro, J. D. et al. (2013). *Harmonização Ortográfica das Línguas Bantu de Angola (Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Mbunda, oshiKwanyama)*. Cape Town & Luanda: The Centre for Advanced Studies of African Society & Instituto de Línguas Nacionais do Ministério da Cultura.
- Pereira, M. H. R. (2012). Breve história da ortografia da Língua Portuguesa. In *Vocabulário ortográfico actualizado da Língua Portuguesa*: Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: INCM. p. XXI – XXVI.
- Prista, L. (2003). Crítica textual e critérios de ortografia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, vol.15, Lisboa, Edições Colibri. p. 199-221.
- Quinta, J., Brás, J. & Gonçalves, M. N.(2017). O Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo. *Revista Lusófona de Educação*, (35) 1, 137-154.

- Santaella, L., & Nöth, W. (2008). *Imagem: cognição, semiótica, media*. São Paulo: Iluminuras.
- Santos, B. S. (2018). *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Almedina.
- Schroeder, L. (2008). *The Bantu orthography manual: for linguistic and literacy fieldworkers*. Dallas: SIL International.
- Tchimboto, B., & Ucuahamba, A. M. K. (2019). *Do desprezo ao apreço do nome: estudo etnolinguístico da antroponímia Umbundu*. Benguela: Facta Lux.
- Ticongolo, A. S., Dombale, J. M., & Mazive, S. P. (2002). Declaração Ao Senhor Director do INDE (2). Inhambane, 22 nov.
- Timbane, A. A., & Balsalobre, S. R. G. (2017). Língua portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate. *Revista Internacional África em Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. IV Série, nº 31, 15 -22.
- Valente, J. F. (1964). *Gramática Umbundu: A língua do centro de Angola*. Angola: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Van Dyken, J., & Lojenga, C. K. (1993). *Alphabets of Africa*. Dakar: UNESCO.

ⁱ **Botelho Isalino Jimbi**

Pesquisador nas áreas de ensino da língua inglesa e línguas locais angolanas (com enfoque maior na ortografia da língua Umbundu), baseado no CIDIU/UKB (Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Universitária/Universidade Katyavala Bwila - Benguela). Professor da Repartição de Ensino do Inglês do Departamento de Letras Modernas do ISCED (Instituto Superior de Ciências da Educação) em Benguela. Doutorando em Ciências da Linguagem, na especialidade de Sociolinguística na Universidade do Minho. Mestre em Língua, Literatura e Cultura Inglesas no Instituto de letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Licenciado em Linguística/Inglês no ISCED da Huila, Universidade Agostinho Neto.

ⁱⁱ **Dinis Vador Sicala**

Pesquisador nas áreas de ensino da língua portuguesa e línguas locais angolanas (com enfoque na ortografia da língua Umbundu). Professor e investigador da língua Umbundu no CESPES (Centro de Pesquisas) do Instituto Superior Politécnico *Jean Piaget* de Benguela e no ISCED de Benguela. Professor da Repartição de Ensino do Português do Departamento de Letras Modernas dos ISCED de Benguela e Huambo. Doutorado em Linguística na AIU (Atlantic International University) nos Estados Unidos da América. Mestre em Linguística na AIU. Licenciado em Linguística/Português no ISCED da Huila, Universidade Agostinho Neto.